

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 741 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1998

ACM prevê votação de ajuste, Orçamento e Previdência neste ano

Presidente do Senado garante que, se houver convocação extraordinária, será para votar reformas tributária e política. Hoje, líderes definem com presidentes das duas Casas do Congresso tramitação da proposta orçamentária para 1999

PÁGINA 3

Senadores debatem fidelidade partidária

Pronunciamento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) motivou ontem diversas manifestações em plenário sobre a fidelidade partidária, considerada um dos principais pontos da reforma política. Em apertes, sete senadores falaram sobre o assunto, demonstrando interesse em estabelecer uma legislação que fortaleça os partidos e estimule o efetivo cumprimento de seus programas, mas não submeta o parlamentar a decisões isoladas dos diretórios.

PÁGINA 4



Lúcio Alcântara fez discurso sobre reforma política que motivou apertes de sete senadores

EMENDA CONSTITUCIONAL

CAS aprecia projetos contra poluição

A Comissão de Assuntos Sociais deve votar hoje dois projetos de lei que dispõem sobre prevenção e controle da poluição causada pelo petróleo em águas nacionais. Um dos projetos é originário da Câmara e outro do Executivo; ambos serão relatados pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

PÁGINA 7

Amin (segundo à esquerda) é o autor da proposta de emenda, que tem substitutivo de Jefferson Péres (D)



Encerrada discussão sobre gastos das câmaras

O plenário encerrou ontem a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores. A proposta, que tem substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), está pronta para ser votada.

PÁGINA 5



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h30 - Reunião de líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
- ▶ 14h30 - Presidência deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas; PDL nº 170/95, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade Ilhéus Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhéus-BA; *PDL nº 29/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa São Borjense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Borja-RS; e *PDL nº 82/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo - SP.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
1ª Parte: Audiência pública com sabatina
Pauta: Apreciação de mensagens presidenciais submetendo à aprovação do Senado Federal a recondução de Leonaldo Silva e Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo como ministros classistas temporários do TST, e a indicação de Maria de Fátima Montandon Gonçalves e José Alberto Rossi para suplentes de ministros classistas do mesmo tribunal, todos representando os trabalhadores
2ª Parte: Apreciação de matérias
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PLC nº 67/96, que funde os quadros de oficiais e de praças femininos da PMDF aos dos oficiais e praças masculinos; *PLC nº 76/97, que amplia as punições para a exploração do trabalho escravo; *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e *PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PLC nº 197/93, que obriga os terminais de recepção e embarque de petróleo e seus derivados a disporem de unidades de combate à poluição das águas; *PLC nº 37/96, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional; *PLC nº 101/94, que acrescenta parágrafo único no art. 846 do CLT, para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial; *PLC nº 63/94, que acrescenta inciso VII ao art. 473 do CLT, permitindo ao empregado faltar ao serviço, pelo tempo necessário, quando tiver de comparecer a juízo; *PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; e *PLS nº 131/96, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

ESPECIAL

Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Menino Maluquinho 2*, de Fernando Meirelles e Fabrizia Alves Pinto. *Auditório Petrólio Portella*

CCJ sabatina quatro indicados para o TST

Na segunda parte da reunião, a comissão apreciará projeto que amplia as punições aos responsáveis pela ocorrência de trabalho escravo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje audiência pública com sabatina de quatro pessoas indicadas para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Dois ministros classistas estão sendo reconduzidos ao cargo: Leonaldo Silva e Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, indicados para um novo mandato no triênio 1999-2001. Também serão sabatinados Maria de Fátima Montandon Gonçalves e José Alberto Rossi, indicados para suplentes de ministros classistas no referido tribunal.

Em seguida, a CCJ vota projeto de lei de iniciativa da Presidência da República que funde os quadros de oficiais e de praças femininos da PMDF aos dos oficiais e praças masculinos. O problema é que os quadros femininos são muito reduzidos, o que causa um grande descompasso entre as promoções de homens e mulheres na tropa.

O projeto, que já tem voto favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), também fixa o quadro efetivo de policiais militares femininos em 10% do total. A proposta foi aprovada na Câmara, onde teve pareceres favoráveis das co-



A comissão deverá votar projeto do governo que funde os quadros de oficiais e praças femininos da Polícia Militar do Distrito Federal aos dos oficiais e praças masculinos

missões de Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Redação.

Outro projeto de lei oriundo da Câmara que está na CCJ é o que amplia as punições para a exploração do trabalho escravo. Alterando artigos do Código Penal, estabelece pena de um a dois anos de detenção para o empregador que obriga a compra de mercadorias em determinado estabelecimento, por parte dos empregados, visando impossibilitar o desligamento do serviço em virtude da dívida.

A mesma pena é destinada a quem retém os documentos pessoais ou contratuais. Em ambos os casos, a pena é aumentada de um terço a um sexto se a vítima for menor de 18 anos, idoso, gestante, indígena ou portador de deficiên-

cia física ou mental.

O projeto determina ainda pena de um a três anos de detenção, além de multa, para o empregador que aliciar trabalhadores com o fim de levá-los para outra localidade do território nacional. O parecer do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), é favorável à aprovação nos termos do substitutivo aprovado na Câmara.

AMIN

Ao contrário do que noticiou ontem (dia 13) o *Jornal do Senado*, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) não é autor da proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende unificar as eleições em todo o Brasil. O senador, na verdade, é o relator da proposição na CCJ.

Plenário vota renovação de concessões

O plenário do Senado vota hoje três projetos de decreto legislativo destinados a renovar permissão outorgada a emissoras de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. O primeiro projeto renova concessão deferida à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo.

O segundo projeto aprova a permissão outorgada à Empresa São Borjense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada (FM), na cidade de São Borja (RS). O outro projeto renova a permissão ou-

torgada à FM Cidade Ilhéus Ltda. para atuar na cidade de Ilhéus (BA).

Também nesta quarta-feira, o plenário vota requerimento do senador Odacir Soares (PTB-RO) para que tramitem conjuntamente duas propostas de emenda constitucional referentes aos juízes classistas do Tribunal Superior do Trabalho.

TV discute marketing político

As técnicas de marketing político, desde o velho contato pessoal até a utilização da mídia, serão comentadas hoje, na TV Senado, pelo professor Annibal Affonso Neto, da Fundação Getúlio Vargas. Annibal vai falar, também, dos aspectos éticos relacionados ao marketing eleitoral que, segundo ele, deve trabalhar o perfil do candidato para vender sua imagem ao eleitorado.

O professor da Fundação Getúlio Vargas debaterá, ainda, as técnicas de pesquisa eleitoral no programa que vai ao ar às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Turismo é tema de Agenda

A municipalização do turismo, iniciativa da Embratur que já chegou a 1.600 cidades, é um dos assuntos abordados pelo presidente da empresa Caio Luiz de Carvalho, em entrevista a ser transmitida hoje no programa *Agenda Econômica*, da TV Senado.

O histórico déficit na conta turismo, decorrente do fato de mais brasileiros viajarem para o exterior do que estrangeiros para o Brasil, também será debatido pelo presidente da Embratur. Ele fala, ainda, das estratégias para o desenvolvimento do turismo no país, entre elas a solução dos problemas mais apontados pelos turistas: a violência e a falta de asseio nas cidades brasileiras.

O programa vai ao ar à 1h e às 5h, 13h30 e 19h30.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Antonio Carlos, ao lado de Esperidião Amin, defende a votação da fidelidade partidária e de restrições aos "partidos nanicos"

ACM garante votação de ajuste ainda neste ano

O possível período de convocação extraordinária, segundo o senador, seria dedicado às reformas política e tributária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reiterou ontem que o ajuste fiscal será votado ainda neste ano, assim como o Orçamento da União para 1999 e a reforma da Previdência, e adiantou que, se houver convocação extraordinária do Congresso em janeiro, será para a votação de outras matérias importantes, como as reformas tributária e política.

– Temos que votar tudo o que for necessário para fazer os ajustes antes da convocação, e aproveitar janeiro para outras matérias – disse.

O senador contestou a tese de que o aumento de impostos venha a ter maior peso entre as medidas destinadas a promover o ajuste.

– Acredito que não, pelas conversas que tenho tido com a equipe econômica. Nós temos que fazer reajus-

tes e talvez um aumento num desses impostos, aquele que menos afetar a população carente – afirmou.

Antonio Carlos voltou a defender a elevação da alíquota da CPMF como a melhor alternativa, mas não concordou com o argumento de que não haveria mais onde realizar cortes.

– Há muito onde cortar. Basta procurar – disse.

“O papel do Congresso é tirar o país da crise”

A partir desta semana, as lideranças partidárias no Congresso Nacional intensificarão suas reuniões para analisar a tramitação das medidas de ajuste fiscal com as quais o governo pretende enfrentar a crise internacional e proteger a moeda e a estabilidade econômica do país, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. “O papel do Congresso, neste caso, é tirar o país da crise; e tenho certeza de que ele fará isso”, destacou.

Antonio Carlos deverá reunir hoje

as lideranças, para estudar a forma de acelerar a tramitação da proposta de Orçamento da União para 1999 a fim de aprovar a matéria ainda neste ano. Com relação aos itens que poderão integrar o conjunto de medidas de

ajuste fiscal, o senador reafirmou que “ninguém gosta de aumento de imposto, mas, se isto for indispensável para livrar o país da crise, terá de ser assumido”.

A possibilidade de o governo adotar um imposto sobre grandes fortunas não entusiasma o presidente do Senado. Ele lembrou que “em muitos países essa taxação fracassou”. Antonio Carlos Magalhães admite, no entanto, que a criação do tributo poderia surgir “dentro de uma negociação com a oposição, que insiste na medida”. O senador previu, ainda, que poderá haver convocação extraordinária do Congresso no início de 1999, desde que haja matérias que justifiquem essa decisão.

Sobre o reajuste salarial plei-

teado pelos juízes federais, Antonio Carlos Magalhães reafirmou considerar “inconstitucional e antiético” cogitar um aumento unilateral para os magistrados, em um momento de contenção e austeridade, sem levar em conta as necessidades dos demais servidores. Ele apoiou a iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que cassou o reajuste determinado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto ao projeto de reforma política que o Congresso está debatendo, o presidente do Senado avalia que deverá ser aprovado até o final do ano. Ele entende que o momento imediatamente anterior à posse dos novos deputados e senadores seria oportuno para fixar regras que considera importantes como “a fidelidade partidária e restrições aos partidos nanicos”.

Presidentes do Senado e da Câmara discutem Orçamento com líderes

Os líderes dos partidos reúnem-se hoje com os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, para discutir a tramitação e a votação do Orçamento da União para 1999. A reunião no gabinete de Temer está marcada para as 10h30 e, em seguida, às 11h30, os líderes serão recebidos pelo presidente do Senado.

Na pauta da reunião, o principal assunto é a tramitação do Orçamento por rito sumário. Esse sistema permite que a tramitação e a votação da proposta orçamentária sejam feitas de forma simplificada, por um colegiado de líderes na Comissão Mista de Orçamento. Os relatórios setoriais, que normal-

mente são analisados e votados separadamente, deverão ser apreciados numa única fase, junto com o relatório geral.

O relatório preliminar do relator-geral, que normalmente é votado antes do parecer final, também deverá ser incorporado à tramitação de rito sumário. Para que a tramitação da proposta orçamentária siga esse ritmo, deverá ser feita uma resolução excepcional, que permitirá uma economia de cinco semanas na apreciação do Orçamento, de acordo com avaliação da Consultoria de Orçamento da Câmara. Pela tramitação normal, dificilmente o Orçamento seria votado pelo Congresso neste ano.



O senador Ramez Tebet prevê votação do Orçamento até 15 de dezembro

Calendário de tramitação deverá ser definido hoje

As lideranças partidárias vão definir também o calendário para as reuniões e votações do Orçamento na Comissão Mista e no plenário. O objetivo é votar o Orçamento no prazo, que é o dia 15 de dezembro, como já afirmou o relator na comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A Comissão Mista deverá levar em conta as repercussões do ajuste fiscal na economia para o Orçamento de 1999.

Segundo Tebet, os parlamentares serão sensíveis às dificuldades econômicas e à necessidade de o governo promover ajustes nos gastos públicos, o que poderá significar cortes em investimentos e até mesmo uma redução no montante de recursos propostos pelas emendas dos parlamentares ao Orçamento. Caberá à comissão decidir sobre tais mudanças, segundo Tebet.

Alcântara defende discussão ampla sobre reforma política

Senador prega adoção da fidelidade partidária, mas afirma que os parlamentares devem ser fiéis tanto aos partidos como à sua consciência

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem a adoção da fidelidade partidária, ao conclamar os senadores a fazerem um amplo debate sobre a reforma política, que, segundo ele, seria o último capítulo da transição democrática iniciada com a eleição de Tancredo Neves para presidente da República, em 1985. Alcântara quer a aprovação de medidas que dificultem a mudança de partido por parte dos parlamentares, "mesmo sendo suspeito para falar porque já mudei de partido também".

Reconhecendo haver questões que, mesmo sendo



Alcântara lembrou que a infidelidade do PDS ajudou a eleger Tancredo

coerentes com o programa do partido, são conflitantes com a consciência do parlamentar, o senador lembrou que a eleição de Tancredo só foi possível graças à infidelidade de parte do PDS, que formou a Frente Liberal, hoje PFL.

O mesmo ocorreu com o impeachment de Fernando Collor, apoiado por lideranças das bancadas que davam sustentação ao governo. "Agora mesmo, nos Estados Unidos, 32 parlamentares do Partido Democrata votaram a favor da abertura do processo de impeachment do presidente Bill Clinton", destacou.

Josaphat Marinho

"Fidelidade é consequência"



O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), em aparte, disse que a fidelidade partidária não é pressuposto nem preliminar, mas sim consequência

do mandato parlamentar. "Deve-se fidelidade ao programa e ao partido que cumpre suas diretrizes. O parlamentar não pode ficar preso às decisões circunstanciais do partido e que fogem ao seu programa", afirmou Josaphat.

Geraldo Melo

Risco de se criar cartório



O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a tese de que não é possível haver fidelidade antes que haja partidos. Segundo ele, é preciso fugir à tentação de transformar os partidos em cartórios e deixar que "meia dúzia de caciques" dominem o Congresso e a política nacional.

Ney Suassuna

Reforma partidária já

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que, após esta eleição, os exemplos demonstram que é preciso



fazer uma reforma político-partidária. "O líder do PMDB na Paraíba fez campanha contra o candidato do partido ao governo estadual", explicou. Para Suassuna, é preciso encontrar caminhos que não aprisionem, mas que regularizem a situação atual.

Carlos Patrocínio

Partidos têm que mudar antes



O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lamentou que o senador Josaphat Marinho não esteja no Senado no próximo ano, quando serão discutidas as propostas de reforma política e, em especial, a fidelidade partidária. Patrocínio disse que a fidelidade partidária é um assunto muito mais complexo e delicado do que se pode imaginar e que é preciso antes reformar os partidos para depois pensar em fidelidade.

Jefferson Péres

"É preciso muita cautela"



O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que a permissividade de hoje não pode continuar. "É preciso muita cautela. O Brasil não tem partidos, tem algumas ditaduras partidárias", alertou o senador. Nesse cenário, Jefferson acredita que acabam sendo punidos os parlamentares que são fiéis aos programas e ao partido, mas que divergem dos caciques. "Querem fidelidade aos governos e não aos partidos", criticou.

Romeu Tuma

A quem pertence o mandato?



Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o candidato deve ser fiel ao partido. Mas ele questionou declaração que teria sido feita pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) à TV Senado de que, em seu projeto de lei, o mandato é do partido e não do eleito. "Nós fazemos a campanha e, depois de eleitos, o mandato é do partido?", indagou.

Ramez Tebet

Sociedade repudia infiéis



Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a sociedade não aceita mais a mudança de camisa partidária que se tem visto no país. Segundo o senador, é preciso diferenciar a fidelidade da disciplina partidária. A primeira fica restrita ao programa do partido, e a disciplina é referente às decisões e acordos de bancada.

Suplicy quer obrigar TVs a promoverem debates

As emissoras de televisão, incluídos os canais por assinatura sob responsabilidade do Poder Legislativo, serão obrigadas a transmitir pelo menos dois debates entre os candidatos aos cargos majoritários federal, estaduais e municipais. Este é o teor de projeto de lei apresentado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que prevê a suspensão da propaganda eleitoral do candidato que não participar dos debates. Nesse caso, o projeto ainda prevê o pagamento de multa no valor de até 10 mil Ufirs.



Suplicy diz que debate eleitoral obrigatório irá "aperfeiçoar democracia"

Segundo Suplicy, as eleições demonstraram que os debates – onde eles foram realizados, como em São Paulo – tiveram índices de audiência altos, e influenciaram a decisão dos eleitores. "Tendo em vista o aperfeiçoamento das instituições democráticas, não basta a propaganda eleitoral obrigatória veiculada pelas emissoras de rádio e tevê", disse o senador. É preciso, a seu ver, encontrar alternativas para que o voto resulte de um processo de reflexão maduro, produto "da absorção do máximo de informações pertinentes, do contraditório de posições e da aferição das propostas de cada postulante".

Quanto à obrigatoriedade de comparecimento dos candidatos, o sena-

dor justificou-a dizendo que eles devem submeter-se ao crivo da crítica pública para que "depois os eleitores possam cobrar dos eleitos a coerência e o cumprimento de promessas". Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou a iniciativa de Suplicy e disse que o Congresso também deve discutir alterações no horário eleitoral gratuito e na forma de atuação dos institutos de pesquisa. Ele anunciou que apresentará hoje requerimento para a instalação de CPI para investigar a ação dos institutos de pesquisa. Afirmando que, nas eleições de 98, alguns deles "se venderam a quem pagou mais", citou especificamente os institutos Ibope, Vox Populi e Brasmartek.

Bello Parga cita Sarney para apoiar voto distrital

A adoção do voto distrital é apontada como a principal forma de fortalecer os partidos políticos pelo senador José Sarney (PMDB-AP), em artigo lido ontem em plenário pelo senador Bello Parga (PFL-MA). Ele relatou na íntegra a opinião manifestada pelo ex-presidente da República no jornal *O Estado do Maranhão*.

Bello Parga enfatizou a opinião de seu colega parlamentar, para quem nada é mais urgente que a reforma política. Salientando que subscrevia em sua totalidade o artigo, o senador disse que é preciso coragem para implantar o voto distrital, além do estabelecimento de critérios para a criação e funcionamento dos partidos. "Com o voto distrital sobrevivem somente os verdadeiros partidos", afirmou Parga.

De acordo com o artigo de Sarney, o voto proporcional é "um fóssil do século XIX", que só existe no Brasil na forma uninominal. Para Sarney, "o sistema eleitoral brasileiro é caótico, não funciona e coloca sempre as instituições à beira de um desastre". O senador entende que a reforma política – "a grande reforma histórica e definitiva para o país" –

deve ser fruto de um grande pacto nacional.

No texto lido por Bello Parga, Sarney lamenta que o grande ausente do pleito no Brasil seja o partido político. Para ele, os líderes políticos são as verdadeiras instituições. "É um processo de pessoas, legitimado pela conduta individual de alguns brasileiros que têm paixão pela vida pública", emendou.

Em seu pronunciamento, Bello Parga elogiou também a Justiça Eleitoral em seu estado, que, segundo ele, conduziu as eleições com muita eficiência.



Bello Parga elogiou o comportamento da Justiça Eleitoral no Maranhão

Emenda dos gastos municipais já pode ser votada

Plenário encerra discussão em primeiro turno e se prepara para votar proposta, do senador catarinense Esperidião Amin, que limita os gastos com a manutenção e o funcionamento das câmaras de vereadores

O plenário do Senado encerrou ontem a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores, criando parâmetros variáveis de acordo com a população de cada município. A proposta, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), estabelece seis faixas para as despesas, relacionando o número de habitantes do município a uma porcentagem de sua arrecadação total, incluindo as transferências constitucionais. Agora, a matéria está pronta para votação em primeiro turno.

Quanto maior a população da cidade, proporcionalmente menores seriam os seus gastos com a câmara de vereadores. Assim, os municípios com menos de 10 mil habitantes não poderiam gastar mais de 8% de suas receitas com o Legislativo. Cidades com população variando entre 10 mil e 50 mil habi-

tantes teriam gastos limitados a 7% do orçamento. Para municípios cujo número de habitantes varie de 50 mil a 100 mil, o limite seria de 6%. Os limites seriam de 5% no caso de cidades de 100 mil a 500 mil habitantes; 4%, quando a população estiver entre 500 mil e 1 milhão de pessoas; e 3%, em municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

A proposta recebeu substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), alterando os limites, e criando apenas três faixas, também proporcionais ao número de habitantes do município.

Pelo substitutivo, seria de 8% o limite de gastos com as câmaras de vereadores de municípios com população inferior a 100 mil habitantes; de 7% para aqueles com população de 100 mil a 1 milhão; e de 6% para aqueles com população igual ou superior a 1 milhão de habitantes.



Esperidião Amin: gastos são limitados entre 3% e 8%



Jefferson Péres propõe limite entre 6% e 8%

Limite para municípios maiores provoca polêmica

A proposta de Esperidião Amin e o substitutivo de Jefferson Péres suscitaram amplo debate em plenário. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) considerou extremamente oportuna a discussão da matéria. Ele elogiou a proposta inicial de Amin, lembrando que o substitutivo, ao flexibilizá-la, aumenta de maneira exagerada os orçamentos de legislativos de municípios com mais de 1 milhão de habitantes. "São Paulo, podendo gastar 6% de sua receita com a Câmara de Vereadores, teria um legislativo com um orçamento maior do que o destinado ao Judiciário da União."

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também defendeu a aprovação da proposta de Amin. "A grade, inversamente proporcional ao número de habitantes, é plenamente razoável e poderá significar uma solução definitiva para esse ralo de despesas públicas no país", afirmou o líder do Bloco Oposição.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) também defendeu a proposta original. Para ele, os gastos dos municí-

pios com seus legislativos são "altos diante das necessidades de suas populações". Já o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu que se aprofundem as discussões não apenas com relação aos gastos com as câmaras de vereadores, mas também em relação ao dinheiro reservado para a rolagem das dívidas dos estados. "Houve uma verdadeira baderna com o uso destes recursos para campanhas eleitorais", denunciou.

O autor da proposta de emenda constitucional frisou a necessidade de implementação de limites para gastos com legislativos municipais, no momento em que se discutem cortes orçamentários. "Além de moralmente correta, é oportuna a aprovação da proposta, exatamente quando se vislumbram cortes, inclusive nas áreas sociais. Os legislativos precisam dar o exemplo", observou.

Esperidião criticou o substitutivo do relator. Ele acredita que, na prática, o alargamento dos limites de gastos das câmaras vai representar uma permissão para que as maiores cidades do país aumentem seus gastos.

O que diz a Constituição

O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar 5% da receita do município

O que prevê a emenda constitucional do senador Esperidião Amin

O total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal, incluída a remuneração dos vereadores, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da soma da receita tributária própria e das transferências constitucionais:

- 8% para municípios com população inferior a 10 mil habitantes
- 7% para municípios com população de 10 mil a 50 mil habitantes
- 6% para municípios com população de 50 mil a 100 mil habitantes
- 5% para municípios com população de 100 mil a 500 mil habitantes
- 4% para municípios com população de 500 mil a 1 milhão de habitantes
- 3% para municípios com população igual ou superior a 1 milhão de habitantes

O que estabelece o substitutivo do senador Jefferson Péres

O total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal, incluída a remuneração dos vereadores, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da soma da receita tributária própria e das transferências constitucionais:

- 8% para municípios com população de até 100 mil habitantes
- 7% para municípios com população de 100 mil a 1 milhão de habitantes
- 6% para municípios com população igual ou superior a 1 milhão de habitantes

Odacir elogia medidas contra as filas em hospitais públicos

O senador Odacir Soares (PTB-RO) destacou ontem recente iniciativa do ministro da Saúde, José Serra, de lançar uma campanha para acabar com as filas para cirurgias e atendimento ambulatorial em hospitais públicos como "obra de bom senso e de criatividade".

Aparentemente menor diante dos macroproblemas brasileiros, acrescentou o senador, o problema das filas "para tudo e para todos os gostos" revela que a vivência da cidadania está longe de um padrão civilizatório ade-

quado, que não menospreze nem despreze a população.

Implementada inicialmente em cinco hospitais federais, a campanha do Ministério da Saúde deverá se estender a todos os estados do país, informou Odacir. Outra medida anunciada foi a criação de centrais telefônicas de marcação de consulta, cujo objetivo é evitar que as pessoas tenham que se dirigir várias vezes aos hospitais até serem atendidas.

Para Odacir Soares, além do menosprezo, do desrespeito e do desperdício do tempo dos cidadãos



Odacir diz que ministro da Saúde está agindo com "bom senso e criatividade"

implicados no acesso a qualquer serviço no país, público ou privado, como é o caso do sistema bancário, as filas patenteiam prepotência.

— A prepotência é covarde, porque geralmente se atira sobre os mais humildes — enfatizou.



A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma

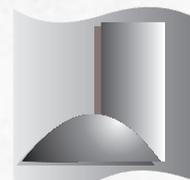
visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920
e-mail: jornal@senado.gov.br

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



PROGRAMAÇÃO

TV SENADO
HOJE

0h45 - Jornal do Senado
1h - *Agenda Econômica* - O programa discute "A indústria do turismo no Brasil", com a participação do presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho
1h55 - Senado em Pauta
2h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o oeste baiano
2h30 - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varella entrevista o pediatra Andranik Manissadjian
3h - Jornal do Senado
3h30 - *Espaço Cultural* - II Bial de Fotografia de Curitiba
3h55 - Senado em Pauta
4h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Linha Verde da Bahia.
4h30 - *Entrevista* - O professor da Fundação Getúlio Vargas, Annibal Affonso Neto, fala sobre o marketing político
4h55 - Senado em Pauta
5h - *Agenda Econômica* - O programa discute "A indústria do turismo no Brasil"
5h45 - Jornal do Senado
6h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica
6h30 - *Especial/UNIP* - O médico Dráuzio Varella entrevista José Fernando Peres. Assunto: Futuro da Pesquisa no Brasil - 3ª parte
6h55 - Senado em Pauta
7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Remo
7h30 - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varella entrevista o pediatra Andranik Manissadjian
7h55 - Senado em Pauta
8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica
8h30 - Jornal do Senado
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Espírito Santo.
9h30 - *Entrevista* - O professor da Fundação Getúlio Vargas, Annibal Affonso Neto, fala sobre o marketing político
9h55 - Senado em Pauta
10h - *Comissão de Constituição e Justiça* (Ao vivo)
Audiência Pública (1ª parte): Sabatina de

ministros e suplentes do Tribunal Superior do Trabalho para cargos de ministros classistas temporários
Logo após, apresentaremos a *Comissão de Assuntos Sociais*
13h30 - *Agenda Econômica* - O programa discute "A indústria do turismo no Brasil"
14h30 - Sessão plenária (ao vivo) - Deliberativa
18h30 - *Entrevista* - O professor da Fundação Getúlio Vargas, Annibal Affonso Neto, fala sobre o marketing político
19h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Amazonas
19h30 - *Agenda Econômica* - O programa discute "A indústria do turismo no Brasil"
20h30 - *Entrevista* - O professor da Fundação Getúlio Vargas, Annibal Affonso Neto, fala sobre o marketing político
21h - Jornal do Senado
21h15 - *Especial* - "China - O Ponto de Mutação" - O programa mostra a história, as mudanças econômicas, a arte, o misticismo, os costumes, a filosofia e a paisagem do país mais populoso do mundo. 5º capítulo - "A morada das deidades"
22h - *Plenário* (reapresentação)
Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise da sessão plenária
Em seguida - Música e informação



A comissão deverá debater proposta da senadora Benedita da Silva para a criação da língua brasileira de sinais

Controle de poluição das águas será apreciado pela CAS

Também estará em pauta, na reunião de hoje, projeto da Câmara que dispõe sobre o produto da alienação de terras devolutas da União

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal reúne-se hoje, às 10h, para apreciar, entre outros, projetos de lei da Câmara e do governo que dispõem sobre prevenção e controle da poluição causada pelo petróleo em águas nacionais. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) relata os dois projetos apresentados sobre o assunto, de autoria do deputado João Almeida e do Poder Executivo.

A comissão vai apreciar também o projeto de lei da Câmara de autoria do deputado Gonzaga Patriota, dispondo sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União. O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), relator da matéria, pediu a sua rejeição.

Da pauta da CAS consta, ainda, o projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), dispondo sobre a língua brasileira de sinais. A sena-

dora Marina Silva (PT-AC) relatou a matéria e apresentou parecer favorável.

A comissão vai se manifestar ainda sobre o projeto do senador João França (PFL-RR) tratando da

retirada de fabricação de alguns modelos de veículos automotores. Leomar Quintanilha (PPB-TO) elaborou o relatório com parecer favorável, de acordo com substitutivo que apresentou.

Mudanças da CLT em análise

Da pauta da comissão para amanhã constam, ainda, vários projetos destinados a alterar artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) relatou a proposta que dá nova redação à CLT quando trata da competência das Juntas de Conciliação e Justiça, no caso de uma das partes do dissídio ser agente ou viajante.

Será apreciado também o PLC 101/94, relatado por Marluce Pinto (PMDB-RR), dispondo sobre a permissão de julgamento imediato de re-

clamações trabalhistas, de natureza salarial, quando não houver acordo.

A CAS votará relatório do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contrário a projeto do deputado Mendonça Neto que pede o estabelecimento de feriado no dia definido como de homenagem a cada categoria profissional.

Por fim, a CAS apreciará parecer contrário do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a três projetos que buscam ampliar as possibilidades de ausência dos empregados garantidas por lei.

Tuma elogia intercâmbio policial para combate ao narcotráfico

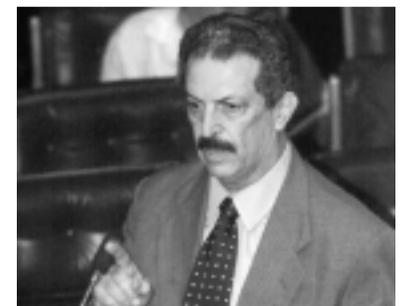
O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou ontem a iniciativa da Polícia Federal de promover neste mês, em Manaus, o Primeiro Intercâmbio Policial de Experiências Operacionais na Amazônia, com a participação de representantes da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. De acordo com o senador, a proliferação do consumo de drogas nas grandes cidades se deve, em boa parte, à falta de controle nas fronteiras.

— Não há um sistema eficaz de segurança pública para impedir a venda de drogas. E o problema em grande parte está nas fronteiras — avalia

o senador, sugerindo ainda um agravamento na legislação penal que trata do tráfico de entorpecentes.

Romeu Tuma lembrou que a formulação de políticas comuns entre os países latino-americanos para combate ao narcotráfico fundamenta-se em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na XVI Conferência Internacional para o Controle de Drogas, realizada em março deste ano, em San José, Costa Rica.

Fazem parte dos temas, segundo informou o senador paulista, o estudo dos meios de transporte e de



Romeu Tuma defendeu atenção especial às fronteiras

comunicação usados pelos traficantes, a análise das áreas de cultivo de produtos ilícitos, e a organização das quadrilhas criminosas.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Paulo Guerra chama atenção para posição estratégica do Amapá

Paulo Guerra defende Legislativo fortalecido

Tendo assumido o mandato em razão de licença do senador José Sarney, Paulo Guerra (PMDB-AP) fez ontem seu primeiro discurso, expondo em plenário as idéias que pretende defender. Afirmando que o Brasil tem sido alvo de especulação financeira, o novo senador reconheceu o esforço do governo para minimizar os efeitos da crise, mas se disse inquieto com a eficácia das medidas anunciadas.

O senador defendeu o fortalecimento do Legislativo, sustentando que sem um parlamento forte não há democracia, e salientou a posição estratégica do Amapá na ampliação dos mercados do Hemisfério Norte. "O Amapá é a porta do Brasil para o Caribe, seja como via de trocas comerciais, seja como via de intercâmbio cultural, que propicia conhecimento dos povos, estabelece o diálogo de civilizações e consolida os ideais de paz", disse ele.

Paulo Guerra declarou ainda que a meta de desenvolvimento não pode ser desvinculada do esforço educacional. Apontou o papel fundamental da Universidade Federal do Amapá, acrescentando que ela deve ser apoiada em seu esforço de formar recursos humanos locais, em diferentes áreas de conhecimento. Pregou também a necessidade de programas de intercâmbio com centros de excelência de outros estados, assim como intercâmbio técnico com a França, por meio da Guiana Francesa.

O senador afirmou que os problemas do Amapá não diferem substancialmente dos problemas dos outros estados brasileiros, "ainda exigindo um superesforço no rumo do desenvolvimento".

Paulo Guerra elogiou o senador José Sarney, dizendo que "ele deu força ao Amapá".

Comissão apresentará até dezembro propostas para desenvolver a Amazônia

Ademir Andrade, relator da comissão criada para debater os rumos da região, pretende que o texto final seja acessível e estimule a análise das questões amazônicas

O relator da comissão temporária destinada a propor uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, senador Ademir Andrade (PSB-PA), anunciou ontem que deverá apresentar o seu relatório até o início de dezembro. Criada no começo de 97, a comissão teve seu prazo de funcionamento prorrogado até o dia 15 de dezembro.

Ademir informou que um rascunho do relatório já está pronto e tem mais de 200 páginas. "Queremos reduzir o texto e tornar o documento mais popular, evitando a linguagem técnica. O objetivo é que o texto final seja distribuído às lideranças e à população da região amazônica. Essa população nunca interferiu em seu próprio processo de desenvolvimento, que sempre foi ditado por quem vem de fora, pelo poder eco-



Ademir quer distribuir o relatório à população



Nabor salienta sintonia com a preservação ambiental

nômico. A intenção é fazer as pessoas compreenderem isso e lutarem por esse objetivo", afirmou.

Por sua vez, o presidente da comissão, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), explicou que, uma vez entregue o relatório, os se-

nadores se reunirão para votá-lo e, em seguida, a comissão será extinta. O documento será então encaminhado ao Poder Executivo, para que tome conhecimento das sugestões feitas pelo Senado. Ele pretende submeter o

relatório a votação assim que for entregue à comissão.

Nabor ressaltou que o principal objetivo da comissão é gerar um plano de desenvolvimento para a região. Para elaborar o relatório final, os senadores ouviram governadores, reitores e autoridades da Amazônia.

– Ficou claro que o principal problema da região é a falta de infra-estrutura – disse Nabor Júnior.

O senador observou que as sugestões feitas na comissão estão em sintonia com a preservação do ambiente.

– O importante é sempre compatibilizar o aproveitamento das riquezas da região com o manejo sustentável, como a exploração racional das espécies de madeira – acrescentou Nabor Júnior.

Cabral reafirma garantia constitucional de manutenção da Zona Franca de Manaus

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ontem que, "queiram ou não os tecnoburocratas detratores da Zona Franca de Manaus (ZFM), permanece a garantia constitucional, irrevogável, de sua manutenção pelo prazo de 25 anos, a contar de 5 de outubro de 1988". Para demonstrá-lo, acrescentou, "mais uma vez – ainda que não seja a última –, será provocado o Supremo Tribunal Federal, como guardião da Constituição".

O destaque foi feito pelo senador a propósito de declarações de autoridades econômicas de primeiro e de segundo escalão, segundo as quais a manutenção dos incentivos concedidos para a instalação de plantas industriais em Manaus estaria atrapalhando o controle do déficit público, que exige cortes de gastos e redução de incentivos fiscais.

O argumento burocrático, na opinião de Cabral, omite que ao corte de incentivos segue-se a elevação das alíquotas de impostos,

e, no caso da ZFM, isso acarretaria a necessidade de o país importar US\$ 10 bilhões em produtos finais, fatalmente gerando aumento do déficit na balança comercial.

Bernardo Cabral também referiu-se ao Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental (Pexpam), que prevê a suspensão, isenção ou restituição de impostos às empresas que coloquem seus produtos nos mercados externos. O mais importante no programa, conforme o senador, é que

os exportadores poderão utilizar os mesmos contêineres para trazer matérias-primas do exterior, ao preço cobrado no porto de Santos, cerca de US\$ 2.500 a menos que o hoje pago para exportações Manaus/Buenos Aires, por exemplo.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) registrou sua "solidariedade integral" ao teor do pronunciamento de Cabral, anunciando que também se manifestará sobre o assunto.



Bernardo Cabral critica propostas de corte de incentivos

Alcântara propõe mais informação ao consumidor

Com a finalidade de informar melhor o consumidor, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propõe a obrigatoriedade de o comércio varejista declarar preços à vista e a prazo de seus produtos, número de prestações, taxa mensal de juros e encargos financeiros, tudo com igual destaque. A exigência se estende à publicidade das lojas.

Na justificativa do projeto, Alcântara afirma que o comércio varejista costuma destacar, em cores vivas e corpo avantajado, o valor unitário da prestação. "O valor final da compra, o número de prestações e a taxa de juros estão sempre em corpo pequenino, bem escondido. Esta tática leva o consumidor a se preocupar apenas com a capacidade de pagar a prestação mensal, método de compra quase sempre contrário à sua economia", argumenta.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) deu parecer favorável à aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.